

# PROGRAMA IMEDIATO DE LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

( APROVADO EM REUNIÃO DE DIRECÇÃO DE 11 DE JANEIRO, POR UNANIMIDADE E A SER APRESENTADO, COMO ALTERNATIVA AO CADERNO REIVINDICATIVO DA CNOC, PARA SER APROVADO NO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS)

## 1. INTRODUÇÃO

### 1. A situação dos trabalhadores

Nós trabalhadores portugueses enfrentamos hoje uma situação em que os nossos inimigos de classe estão na ofensiva procurando destruir todas as conquistas que alcançámos na luta, lançam-nos na fome e na miséria através da subida galopante do custo de vida e dos despedimentos e desemprego e impor um Governo de direita e um regime autoritário e repressivo ao serviço da exploração capitalista.

### 2. A actuação do patronato e do imperialismo

O patronato reaccionário e explorador, organizado na CIP e com o apoio do imperialismo não tem parado de atacar e provocar o movimento operário e popular: despedimentos repressivos e arbitrários, boicote aos C.C.T., sabotagem económica (com relevo especial para as multinacionais). O objectivo é só um: fazer vergar os trabalhadores e impor a resolução da crise económica capitalista à custa das massas trabalhadoras.

### 3. O que faz o Governo?

O Governo de cedência perante o patronato e o imperialismo (despedimentos, unicidade, quotizações) aplica uma politica de recuperação capitalista, facilitando o desenvolvimento da ameaça fascista e vendendo os interesses do nosso país e do nosso povo ao capitalismo internacional. ①

## II. OBJECTIVOS DE LUTA

### 1. Contra a recuperação capitalista

Firme na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores o movimento sindical português lutará com todas as suas forças contra a recuperação capitalista e não assumirá qualquer responsabilidade na política económica ou na planificação capitalista da economia portuguesa recusando todas as formas de pacto social e a qualquer nível.

O caminho que o movimento sindical português segue não é o da colaboração de classes, é o da unidade da organização e da luta, o dum verdadeiro sindicalismo de combate e de classe.

### 2. Luta pelo salário e pelo emprego

#### 2.1. Contratação Colectiva

Temos de lutar para:

.Fazer sair os C.C.T.'s cá para fora

.Obrigiar o patronato a negociar os contratos, nomeadamente impondo a entrada em vigor dos C.C.T.'s a partir do seu termo ou da data da proposta sindical.

.Impor que o prazo de vigencia dos contratos não seja superior a um ano.

.Impor a liberdade de contratação para todos os trabalhadores (Função Pública, serviço doméstico, segurança social, trabalhadores das autarquias, etc.)

.Impedir a autorização da contratação nas empresas nacionalizadas que só serve para cavar a divisão entre os trabalhadores.

.Defender a proposta do movimento sindical sobre a lei da contratação colectiva apresentada aos órgãos de poder.

.Conseguir contratos únicos e verticais em cada sector de actividade, alcançados na luta a partir dos locais de trabalho ultrapassando as ilusões e perigos das "soluções administrativas".

#### 2.2. Luta contra as discriminações

.Impor que o salário mínimo abranja todos os trabalhadores (nomeadamente os assalariados rurais, os trabalhadores das ilhas e os do serviço doméstico).

.Impor que a trabalho igual corresponda salário igual, acabando com a discriminação que atinge as mulheres e os jovens.

.Que os aumentos salariais conquistados sejam sempre maiores para os trabalhadores com salários mais baixos.

.Que as conquistas dos trabalhadores do continente se apliquem aos trabalhadores das ilhas fazendo respeitar a Constituição.

### 2.3. Salários e preços

Temos de lutar para:

.Impor um salário mínimo que não fique atrás da subida do custo de vida -5.000\$00 a vigor desde 1/1/77 e da sua actualização periódica.

.Que os preços não subam mais do que os salários recorrendo às armas que o movimento sindical tem para utilizar e não à aceitação das falsas promessas do Governo, isto é, recorrendo à luta e não à conciliação.

.Impor o congelamento dos preços dos produtos essenciais.

.Não permitir o aumento dos leques salariais rejeitando nomeadamente tabelas proporcionais como a proposta do Governo para a Função Pública.

### 2.4. Despedimentos e desemprego

Temos de lutar para:

.Impedir a reconversão da economia capitalista à custa dos trabalhadores, forçando o Governo a apoiar todas as iniciativas dos trabalhadores que visam a manutenção e a criação de postos de trabalho e combatendo uma politica económica que sirva os interesses do capital nacional e internacional.

.Não consentir um único despedimento sem justa causa.

.Impor a revogação da lei (841-C/76) que fornece todas as armas ao patronato para impedir a seu belo prazer e a saída de leis imponham ao patronato o cumprimento das conquistas alcançadas pelos trabalhadores e que a Constituição consagra.

.Não permitir mais despedimentos repressivos (dirigentes e delegados sindicais, membros de CT's, etc.) e impor a reintegração imediata de todos os trabalhadores que forem alvo da repressão patronal.

.Não permitir reduções da semana de trabalho e dos salários.

.Impor a actualização integral do subsidio de desemprego e sua extensão a todos os desempregados.

.Combater as manobras das multinacionais obrigando o Governo a defender os postos de trabalho e os interesses dos trabalhadores portugueses em vez de ceder às chantagens do capital estrangeiro.

. Não permitir o encerramento de empresas e o despedimento colectivo, combatendo todas as formas de sabotagem económica do capital nacional e internacional e exigindo o apoio estatal às empresas em auto-gestão, cooperativas e empresas intervencionadas, sem permitir a sua devolução ao patronato sabotador, Passagem da propriedade dessas empresas para os trabalhadores.

## 2. 5. Defesa das Nacionalizações e do controle operário

Temos de lutar para:

. Impor a defesa e aplicação do controle operário, recusando a congestão ou a participação dos trabalhadores na gestão das empresas.

. Impor a não indemnização aos grandes capitalistas donos das empresas nacionalizadas.

. Garantir o direito do controle sobre a actividade económica das empresas e o acesso a toda a informação por parte dos trabalhadores exigindo que a lei que o governo vier a publicar consagre estes princípios.

. Controlar e fiscalizar a acção do governo no que diz respeito à política económica através da participação do movimento sindical no Conselho do Plano, e no Conselho de Rendimentos e Preços, não para colaborar com o governo mas para recolher informações, defender as posições dos trabalhadores e servir a luta de massas contra a recuperação capitalista.

. Reforçar o controle operário das empresas nacionalizadas para impedir que o seu funcionamento sirva os interesses do capital privado e impor as propostas de reestruturação elaboradas pelos trabalhadores.

. Impor a aplicação dos C. C. T. do respectivo sector às empresas nacionalizadas, não consentindo em discriminações divisionistas.

## 2. 6. Defesa da Reforma Agrária

Temos de lutar para:

. Impor o avanço das expropriações, impedir as indemnizações aos agrários parasitas e as desocupações.

. Impor a aplicação integral da lei do arrendamento rural e exigir que o apoio técnico e financeiro do estado seja orientado para a criação de créditos às novas unidades de produção e aos pequenos agricultores, visando a manutenção dos postos de trabalho e o aumento da produção.

## 2. 7. Segurança Social

Temos de lutar para:

. Que a segurança social seja gerida pelos trabalhadores e posta ao seu serviço.

. Que os patrões sejam obrigados a pagar as dividas à Previdência.

. Que as reformas sejam aumentadas e actualizadas de maneira a que nenhuma reforma possa ser inferior ao subsídio de desemprego.

. Que o INATEL seja gerido pelos trabalhadores e posto ao seu serviço:

## 2. 8. Defesa das Conquistas e luta contra as medidas anti-operárias

Temos de lutar para:

. Impor que mais nenhuma lei sobre o trabalho seja feita sem que os trabalhadores previamente tomem posição através das suas organizações de classe (movimento sindical, C. T.'s, etc.).

. Impor a revogação de toda a legislação anti-operária e anti-constitucional e a publicação das propostas apresentadas pelo movimento sindical.

. Defender palmo a palmo as conquistas alcançadas na luta e que a Constituição consagra como o direito à greve, a proibição do lock-out, à liberdade de reunião, associação e informação e o direito ao trabalho.

### III. PROGRAMA DE ACÇÕES CONCRETAS PARA A VITÓRIA

#### 3. 1. O terreno fundamental de luta é o local de trabalho

. É com unidade, organização, mobilização e lutas nos locais de trabalho que se conquistam os C. C. T.'s e se revogam na prática as leis.

. Tal não significa que não se aproveitem as frentes de luta jurídica e parlamentar, mas não iludindo os trabalhadores quanto ao que é essencial e determinante.

. Luta diária.

#### 3. 2. Evitar o isolamento e unificar as lutas

: Unificar as lutas em cada sector e em cada região.

. Unificar as lutas a nível nacional.

. Divulgar as lutas, desenvolver a solidariedade e mostrar que vale a pena lutar.

#### 3. 3. Mobilizar os trabalhadores

. Divulgar os objectivos de luta (fase de agitação).

. Fazê-los discutir de Norte a Sul do País ( fase de mobilização).

. Apontar os objectivos concretos específicos de cada sector (fase de organização).

. Apontar os objectivos nacionais (fase de organização).

#### 3.4. Promover realizações de massas coordenadas em cada região

. Manifestações.

. Concentrações

(fase de luta)

. Acções de esclarecimento da população.

3. 5. Desencadear acções de luta nos locais de trabalho.

- Em cada sector a nível nacional ( C. C. T., despedimentos, etc.).
- Em todos os sectores a nível nacional ( contra leis anti-operárias e congelamento de preços, previdência).

PELA UNIDADE ORGANIZAÇÃO E LUTA,  
PORQUE SÓ LUTANDO VENCEREMOS!

PEL'A DIRECÇÃO

*ufflaimundo*

6